

JUSTIFICATIVA
PL 0197/2012

“Dorina, sua vida é um romance que eu gostaria de ter escrito. Criaturas como você - com seu espírito e sua coragem - constituem um enorme crédito para a raça humana” Erico Veríssimo.

“Dorina era uma mulher maravilhosa, extraordinária. Exemplo para todos nós de capacidade de trabalho, sensibilidade, inteligência e espírito público. Uma mulher de fibra, que soube superar imensos desafios ao longo de sua vida e que procurou contribuir com o seu trabalho, com o seu exemplo, para que possamos viver em um mundo melhor” Gilberto Kassab.

A vida da pedagoga Dorina de Gouvêa Nowill, referência mundial na luta pelo direito dos cegos, poderia ser contada através das frases de várias personalidades, mas seria muito pouco. Ela faleceu aos 91 anos, era casada há 60 com o advogado Edward Hubert Alexander Nowill, que conheceu nos EUA, deixou cinco filhos, 12 netos e três bisnetos. Ficou cega com 17 anos por conta de uma infecção ocular.

Apesar das dificuldades, dos preconceitos e da falta de livros em braille, ela lutou desde o início para continuar estudando e foi a primeira aluna cega a se matricular em uma escola regular em São Paulo, a Escola Normal Caetano de Campos.

Ainda estudante, conseguiu que a Escola Caetano de Campos implantasse o primeiro curso de especialização de professores para o Ensino de Cegos, em 1945. Após diplomar-se, viajou para os Estados Unidos com uma bolsa de estudos patrocinada pelo governo americano, pela Fundação Americana para Cegos e pelo Instituto Internacional de Educação para frequentar um curso de especialização na área de deficiência visual na Universidade de Columbia.

De volta ao Brasil, a pedagoga dedicou-se ao trabalho pioneiro da Fundação para o Livro do Cego no Brasil, que tinha como objetivo produzir e distribuir livros em braille para que deficientes visuais como ela pudessem estudar, e à implantação da primeira imprensa braille de grande porte no país. Em 1991, a fundação recebeu seu nome em reconhecimento ao seu trabalho.

Dorina também foi responsável pela criação na Secretaria da Educação de São Paulo do Departamento de Educação Especial para Cegos. Com o seu empenho, a educação para cegos se transformou em atribuição do governo quando, em 1953, em São Paulo, e em 1961, na Capital Federal, o direito à educação ao cego foi regulamentado em Lei.

No período de 1961 a 1973 dirigiu o primeiro órgão nacional de educação de cegos no Brasil, criado pelo Ministério da Educação, Cultura e Desportos. Dorina ainda realizou programas e projetos que implantaram serviços para cegos em diversos estados do país e eventos e campanhas para a prevenção da cegueira.

Em nível internacional, ela trabalhou com organizações mundiais de cegos e órgãos da ONU, como representante do Brasil. Ocupou importantes cargos em Organizações Internacionais de Cegos. Em 1979, foi eleita Presidente do Conselho Mundial dos Cegos. Em 1981, Ano Internacional da Pessoa Deficiente, Dorina falou na Assembleia Geral da ONU e trabalhou para a criação da União Latino Americana de Cegos (ULAC).

Em 1989, o Congresso Nacional ratificou a Convenção 1599 da OIT, que trata da reabilitação, treinamento e profissionalização de cegos, resultado de mais uma luta de Dorina, que havia começado 18 anos antes, com o primeiro centro de reabilitação criado pela Fundação.

A professora Dorina recebeu muitas condecorações, títulos, comendas e outras homenagens concedidas por várias organizações do Brasil e do mundo em reconhecimento à sua atuação em defesa do desenvolvimento e da inclusão social de pessoas com deficiência visual, pelo exposto peço aos nobres pares o apoio para mais esta homenagem, justa, a quem ofereceu a maior parte da sua vida para tratar de outras vidas.